

ARTIGO ORIGINAL

## Adolescer no acolhimento institucional: percepção dos educadores sociais

**Danusa Scremin Rolim**

Universidade Federal de  
Santa Maria, Brasil  
[danusarolim@gmail.com](mailto:danusarolim@gmail.com)

**Aline Cardoso Siqueira**

Universidade Federal de  
Santa Maria, Brasil  
[alinecsiq@gmail.com](mailto:alinecsiq@gmail.com)

### RESUMO

O acolhimento institucional é uma modalidade de cuidado substituto utilizada quando os direitos da criança e do adolescente estão ameaçados. O adolescente acolhido está em situação de fragilidade considerando que muitos já vivenciaram muitas situações de risco, como violências de todos os tipos. O objetivo deste estudo é compreender a percepção dos educadores sociais sobre os adolescentes que moram em acolhimento institucional. Nove educadores sociais responderam a uma entrevista. Os principais resultados sinalizam que os desafios do educar adolescentes são marcados pelos efeitos tanto da adolescência quanto das vivências de violência pregressa e atual, busca da constituição da identidade vivida com pouco suporte social e emocional, vivência de comportamentos de risco.

**PALAVRAS CHAVE:** Adolescentes; Acolhimento institucional; Educador social.

RECEBIDO EM 23/04/2023  
ACEITO EM 03/07/2023



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

## Adolescer no acolhimento institucional: Percepção de los educadores sociales

### RESUMÉN

El cuidado institucional es una modalidad de cuidado sustituto que se utiliza cuando los derechos de los niños y adolescentes se ven amenazados. El adolescente protegido se encuentra en una situación de fragilidad, considerando que muchos ya han vivido muchas situaciones de riesgo, como violencia de todo tipo. El objetivo de este estudio es comprender la percepción de los educadores sociales sobre los adolescentes que viven en acogimiento institucional. Nueve educadores sociales respondieron a una entrevista. Los principales resultados indican que los desafíos de la educación de los adolescentes están permeado por los efectos tanto de la adolescência como de las vivencias de violencia pasada y actual, la búsqueda de la constitución de una identidad vivida con poco apoyo social y emocional, la vivencia de conductas de riesgo.

**PALAVRAS CLAVE:** Adolescentes; Acogimiento institucional; Educador Social.

## Becoming a teenager at the institutional care: Social educator's perceptions

### ABSTRACT

Institutional care is a modality of substitute care used when the rights of children and adolescents are threatened or violated. The adolescents who live in substitute care are in a situation of fragility, considering that many have already experienced many risk situations, such as violence of all kinds. The objective of this study is to understand the perception of social educators' perceptions about adolescents who live in institutional care. Nine social educators responded to an interview. The main results indicate that the challenges of educating adolescents are marked by the effects of both adolescence and experiences of past and current violence, search for the constitution of the identity lived with little social and emotional support, experience of risky behaviors.

**KEYWORDS:** Adolescents; Institutional Care; Social Educators.

## 1 INTRODUÇÃO

A travessia da adolescência é um momento marcado por mudanças físicas, psicológicas e sociológicas. A vivência desse momento por adolescentes que enfrentam dificuldades adicionais em decorrência dos fatores de risco presentes no contexto familiar e social pode ser ainda mais desafiador. Em contexto familiar de risco, os adolescentes vivem uma condição de violência e muitos passam por situações de descuido parental fundamental para o seu desenvolvimento, aspectos que fragilizam suas condições internas. Em contexto institucional, os adolescentes enfrentam a ruptura de vínculos pregressos já mais consolidados, mesmo que esses vínculos tenham características disfuncionais e que não efetivavam a proteção necessária para ele, como também podem evidenciar sinais mais marcados da vivência de violência.

A partir dos pressupostos teóricos da Psicologia do Desenvolvimento e estudos atuais sobre violência e adolescência, o objetivo deste estudo é compreender a percepção dos educadores sociais sobre adolescentes que moram em acolhimento institucional. Esse estudo se justifica pela carência de trabalhos científicos na seara da adolescência e acolhimento institucional, uma vez que não foram encontrados estudos nessa interface nos últimos anos em língua portuguesa. Nove educadores sociais de diferentes cidades do Rio Grande do Sul responderam a uma entrevista. Os principais resultados sinalizam que a travessia do adolescer, do ponto de vista dos educadores, ocorre permeada pela vivência de violência pregressa e atual; busca da constituição da identidade vivida com pouco suporte familiar, institucional e dos pares; vivência de comportamentos de risco quanto ao uso de drogas e exercício da sexualidade genital.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Fundamentação teórica

A adolescência é um período de transição da infância para a vida adulta. Alguns marcos têm sido utilizados para delimitar o período da adolescência, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) que estabelece como adolescente todo indivíduo de 12 a 18 anos incompletos e a Organização Mundial de Saúde, que delimita entre 10 a 19 anos (WHO, [2013?]). Trata-se de cerca de 16% da população mundial, cujo desenvolvimento necessita de cuidado uma vez que estão em pleno crescimento e processo de subjetivação e possuem papel central no futuro de seu país (WHO, [2013?]). Ainda que os marcos oficiais delimitem a adolescência por meio de intervalos etários, a adolescência é uma etapa complexa do desenvolvimento que extrapola as bordas dos manuais (ROACH, 2018). A adolescência compreende alterações biológicas e também psicológicas e sociais, como novas demandas internas, preocupação com o futuro e relacionamentos afetivo-sexuais. Já o período do desenvolvimento caracterizado pela puberdade, traz consigo mudanças que estão relacionadas aos processos biológicos, que culminam no amadurecimento dos órgãos sexuais.

Do ponto de vista sociológico, a adolescência é o período que compreende a dependência infantil e a emancipação do jovem adulto, estando diretamente relacionada às características das culturas e contextos sociais (NASIO, 2011). Em algumas culturas e contextos, a transição para a adolescência pode ocorrer rapidamente, seja por meio de rituais específicos quanto por exigências sociais, como se responsabilizar por parte dos proventos em famílias de nível socioeconômico desfavorecido; ou pode ser prolongada em sociedades em que os jovens adquirem a autonomia mais tarde, uma vez que a formação acadêmica é prolongada e outros fatores, como o econômico, impedem que o jovem adquira independência material e afetiva em

relação à sua família. Assim, a adolescência pode ser considerada uma construção cultural, dependente do contexto que a define (MORAES; WEINMANN, 2020).

A transição da infância para a adolescência implica em mudanças de demandas e de expectativas da cultura sobre o indivíduo. Na adolescência, o indivíduo vive um período importante para a consolidação e o desenvolvimento de padrões sociais, comportamentais e emocionais. Estes podem contribuir positivamente ou negativamente para o bem estar geral. Alguns desses fatores podem contribuir negativamente trazendo inclusive, riscos à saúde mental desses adolescentes, como as condições de vida, estigma, discriminação ou exclusão, violência, abusos, maus-tratos, a falta de acesso a serviços de apoio de qualidade (OPAS, 2019). Os adolescentes podem experimentar desafios de pouca a alta intensidades, dependendo de fatores de risco internos e externos aos quais estão expostos (ROACH, 2018; JACOBSON; NEWMAN, 2016; WILLIAMS; ANTHONY, 2015).

Adolescentes que residem em instituições de acolhimento vivenciaram inúmeras situações de risco ao seu desenvolvimento e, por isso, podem enfrentar dificuldades adicionais na travessia da adolescência. Com base nos dados do Censo SUAS (BRASIL, 2020), houve um aumento de unidades de acolhimento institucional da rede socioassistencial no Brasil de cerca 508 unidades a mais entre os anos de 2019 e 2020. Um levantamento nacional publicado em 2013 indicou mais de 36.929 crianças e adolescentes acolhidos em instituição ou família acolhedora (ASSIS; FARIAS, 2013), ao passo que a pesquisa de Bernardi (2020) encontrou 33.032 crianças e adolescentes, sendo que os adolescentes correspondiam a 20% (12 a 17 anos) dos acolhidos e os jovens com mais de 18 anos a 4%, evidenciando que cerca de ¼ da população de acolhidos são adolescentes e jovens adultos. Ainda que o acolhimento seja destinado a indivíduos de até 18 anos, situações de necessidades especiais podem prolongar esse período. Atualmente, segundo o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2023), há cerca de 31.969 mil crianças e adolescentes acolhidos no país. Para o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM, 2020), os adolescentes

representam uma parte significativa do público acolhido no Brasil. São cerca de 9.873 com mais de 14 anos, sendo maioria do sexo feminino (54,7%) (CNJ, 2023). Deste total, 2.046 estão no acolhimento há mais de três anos.

As famílias nem sempre conseguem proporcionar e garantir aos filhos um ambiente seguro e satisfatório, passando, muitas vezes, a serem geradoras de risco para os mesmos (GULASSA, 2010). Alguns fatores destacados internacionalmente, relacionados à família, podem levar ao afastamento familiar; entre eles estão as situações de vulnerabilidade social, situação de desemprego, falta de recursos financeiros, uso de bebidas alcoólicas e drogas pelos genitores, passagem criminal, violências, negligências e pobreza (GONTIJO *et al.*, 2012). No levantamento nacional de acolhimento (ASSIS; FARIAS, 2013), os motivos de afastamento familiar e ingresso em acolhimentos institucionais, entre as meninas, foram a violência física e a violência sexual; e para os meninos, a vivência de rua e a violência física. Considerando a interface entre idade e motivo de acolhimento, orfandade, vivência de rua e ameaças de morte aumentam progressivamente com a idade em meninos. Para as meninas; violência doméstica (física, sexual e psicológica), violência extrafamiliar e exploração sexual são motivos que aumentam a partir dos seis anos de idade, abrangendo também os adolescentes. Drogadição e negligência dos responsáveis decrescem de importância com a idade do acolhido. Assim, como mais idade, mais evidências de vivência de graves fatores de risco. Esse dado indica que os adolescentes estão mais desprotegidos do que as crianças, no ponto de vista legal e social. Segundo dados do UNICEF (2018), a pobreza na infância e na adolescência vai além da renda e inclui também, estar fora da escola, não ter acesso às condições mínimas de saúde e alimentação, bem como o trabalho infantil.

Dessa forma, os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes são equipamentos da Política Nacional de Assistência Social responsáveis por executar a medida protetiva de acolhimento, decidida pelo Poder Judiciário e, excepcionalmente, pelo Conselho Tutelar para situações de ameaça ou violação de direitos, em que o Estado assume a responsabilidade de proteção, exercendo uma parentali-

dade pública. Responsáveis por proteger e cuidar das crianças e dos adolescentes acolhidos e afastados temporariamente dos cuidados familiares, esses serviços são considerados essenciais para a proteção e o desenvolvimento saudável dos mesmos (BERNARDI, 2020).

O acolhimento institucional é uma medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente aplicada quando os direitos das crianças e dos adolescentes estão ameaçados ou violados (BRASIL, 1990). Segundo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ele é um dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cujo objetivo é promover o acolhimento de famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, de forma a garantir sua proteção integral. Esse serviço é prestado em unidades inseridas na comunidade e deve obrigatoriamente possuir características residenciais, sendo um ambiente acolhedor e com estrutura física adequada para atender às necessidades dos acolhidos.

Segundo os marcos legais brasileiros, os acolhimentos institucionais devem atender grupos pequenos de crianças e adolescentes, de zero e 18 anos de ambos os sexos, em processo ou não de adoção (MARKUS; DE CAMARGO MELLO, 2021). Ainda que seja considerada uma medida provisória e excepcional, as crianças e adolescentes que foram retiradas de suas famílias e foram para a instituição de acolhimento, permanecem por um período de tempo de até seis meses a mais de três anos nesses locais (IBDFAM, 2020). Ou seja, dependendo da complexidade do caso, um adolescente pode permanecer muitos anos ou até completar maior idade, afastado de sua família, como também poderá estar em entidades com número maior de acolhidos.

Nesse sentido, a forma de cuidado é um importante fator que influencia a vivência do jovem em situação de acolhimento. As modalidades de acolhimento são acolhimentos institucionais tais como acolhimento residencial e casas-lares, ou programas de acolhimento familiar do tipo famílias acolhedoras. Nos acolhimentos institucionais, os cuidados são geralmente realizados por educadores sociais, integrantes de uma equipe multiprofissional do acolhimento, onde cada um vai ter uma

função de acordo com seu cargo. Nas casas-lares, os cuidados são realizados por mães e/ou pais sociais; e nas famílias acolhedoras, são os próprios adultos da família os responsáveis pelos cuidados com as crianças e adolescentes (BERNARDI, 2020).

Os agentes institucionais, segundo as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, são aqueles que estão envolvidos no cuidado dos acolhidos, têm atribuições e responsabilidades diferenciadas, detalhadas no regimento interno ou estabelecidas nas normas da instituição ou ainda conforme sua especificidade técnica. A Equipe Técnica Acolhimento Institucional deverá contar com equipe profissional multidisciplinar, composta por um coordenador, com formação em nível superior, experiência na área e amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região, além de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e outros profissionais com experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco.

A equipe de apoio não necessita de Ensino Superior para o cargo, mas sim Ensino Médio e capacitação específica. A equipe de apoio conta com profissionais educadores sociais e auxiliar de educador social. Os educadores auxiliam a criança e o adolescente a lidar com sua história de vida, no fortalecimento da autoestima e na construção da identidade; nos cuidados básicos como alimentação, higiene e proteção, apoio na preparação do desligamento da instituição, entre outros aspectos. Já os auxiliares de educador social apoiam as funções do educador; auxiliando nos cuidados básicos e na rotina da casa (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros) (BRASIL, 2009a). Com relação à organização do trabalho, os educadores sociais trabalham por escalas e atendem em situações ideais a proporção de até 10 crianças/adolescentes por educador. Nesse sentido, ele é o profissional que acompanha o dia-a-dia das crianças e adolescentes e terá um contato direto com os acolhidos, tornando-se a referência mais próxima deles (AVOGLIA; SILVA, MATTOS; 2012). Portanto, esse relacionamento entre educador e os adolescentes, é fundamental para que eles

se sintam seguros e acolhidos no ambiente institucional. Nesse contexto, todos os agentes devem trabalhar de forma integrada e todos devem ser ouvidos visando o melhor atendimento às crianças e aos adolescentes acolhidos. Portanto, a finalidade é garantir o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e a efetivação do plano de trabalho (BRASIL, 2009b).

O educador social busca mediar e impulsionar a transformação social das crianças e adolescentes acolhidos. Ele é agente e mediador da transformação social, ou seja, articulador de um processo coletivo, comprometido com a sociedade, de forma consciente e crítica. Ser agente de transformação é função social do educador que atua nas instituições de acolhimento. Atuar como tal é conhecer a história de cada um buscando contribuir na transformação das realidades encontradas (PENNA *et al.*, 2021). Esses profissionais ao desempenharem suas funções cotidianas com os acolhidos, acabam estabelecendo vínculos afetivos e conseqüentemente proporciona oportunidades de reflexão conjunta que os impulsiona a aprender e pensar, usando sua própria vivência. Portanto, as ações dos educadores sociais visam a resgatar tanto a confiança das crianças e adolescentes acolhidos, quanto a sua capacidade de enfrentar os desafios que terão no processo de reintegração social (BRASIL, 2009a).

Aqueles que vivem em acolhimento institucional podem estar entre os indivíduos que enfrentam impasses adicionais, uma vez que invariavelmente estão ou estiveram expostos às situações de fragilidade intensas (BERNARDI, 2020). No entanto, para Assis e Farias (2013), existe uma grande lacuna constatada nos serviços de acolhimento referentes aos cuidados especificamente voltados para o público adolescente. Havendo para eles, obstáculos ainda mais complexos. Como por exemplo, a maior precariedade no atendimento aos problemas de saúde, com destaque para a questão do uso de drogas e dos problemas de comportamento; visão preconceituosa de parte dos profissionais, balizadas na forma diferenciada de lidar com adolescentes; frágil apoio às condições de aprendizagem escolar e de preparo profissional; escassa preparação para o desligamento por maioria; e

pouca presença de serviços especializados que deem apoio aos jovens no período pós-desligamento por maioria. Dada a complexidade dos desafios enfrentados pelos educadores dos acolhimentos e as necessidades do público adolescente, é fundamental reunir esforços para desenvolver estudos e propor políticas públicas efetivas para essa população.

## 2.2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva e exploratória. O foco desta investigação foi os profissionais que trabalham como educadores sociais em instituições de acolhimento no estado do Rio Grande do Sul-Brasil. Participaram da pesquisa nove profissionais. A participação desses profissionais foi importante para a investigação e avaliação das demandas e ocorreu a partir do relato dos profissionais educadores sociais com experiência de atuação com crianças/adolescentes acolhidos. O critério de inclusão da amostra para os educadores sociais consistiu em ter experiência de no mínimo um ano no trabalho com adolescentes acolhidos. Não houve critérios de exclusão. Os participantes da pesquisa tinham entre 23 e 60 anos de idade, a maioria com ensino superior completo e do sexo feminino. Dos nove participantes, havia apenas 1 do sexo masculino, dois eram solteiros, quatro casados, três eram separados. Além disso, sete entrevistados possuíam filhos. O tempo de serviço prestado variou entre dois e sete anos exercendo a profissão de educador social.

Foi utilizado neste estudo, um roteiro de entrevista semiestruturada, além de favorecer a descrição dos fenômenos sociais, também contribui para explicação e compreensão de sua totalidade a partir dos pressupostos teóricos da pesquisa qualitativa. O roteiro continha perguntas sobre a rotina do cuidado no acolhimento, os desafios enfrentados no cuidado com os adolescentes e as demandas atuais dos adolescentes no contexto do acolhimento. Portanto, o roteiro de entrevista foi organizado em um tópico-guia, de forma a guiar o entrevistado, possibilitando um ambiente agradável, confortável e seguro. As entrevistas foram previamente

agendadas pela pesquisadora responsável e ocorreram de forma presencial e online, por meio da plataforma do *Google Meet*, de forma a preservar a privacidade dos entrevistados. As entrevistas presenciais ocorreram nos locais de trabalho dos entrevistados. O horário foi definido conforme a preferência dos mesmos. Durante as entrevistas, com a permissão dos participantes, utilizou-se um gravador de áudio e após serem gravadas, as entrevistas foram transcritas para melhor visualização das informações e formação das categorias para análise qualitativa dos dados.

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria e seguiu as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde. Após a aprovação do estudo, os educadores sociais foram convidados pelas redes sociais do grupo de pesquisa Núcleo de Ações e Pesquisas em Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria, do qual o pesquisador faz parte. O contato com os participantes foi realizado por meio da distribuição de convite on-line às instituições de acolhimento do Rio Grande do Sul, sendo este de caráter voluntário e confidencial. Os educadores sociais que então demonstraram interesse em participar da pesquisa, entraram em contato pelo telefone, via *WhatsApp*, com a pesquisadora para agendar as entrevistas.

Aqueles que aceitaram participar foram apresentados à pesquisa, quanto aos objetivos, métodos e procedimentos a serem realizados, bem como os riscos e os benefícios de sua participação. Da mesma forma, os participantes foram esclarecidos quanto à voluntariedade da participação na pesquisa e a possibilidade de retirar seu consentimento a qualquer tempo. As entrevistas foram realizadas no período de agosto a outubro de 2022. Todos os protocolos de prevenção de contágio pelo vírus do coronavírus foram atendidos nas entrevistas realizadas presencialmente, como uso de máscara, uso de álcool gel, distanciamento e uso de sala arejada. As entrevistas foram gravadas e transcritas com o consentimento de todos os participantes que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Este foi entregue em duas vias, lido e explicado antes do início da entrevista. Os participantes tiveram seus direitos garantidos como sigilo e confidencialidade dos dados

obtidos na pesquisa, que estão de forma anônima neste trabalho. A amostra foi formada por conveniência.

As entrevistas com os educadores sociais tiveram como método de análise aquela proposta pela Bardin (1979). Duas categorias foram encontradas: (1) Adolescer na Instituição e (2) Adolescentes na instituição de acolhimento e os desafios do cuidado.

## 2.3 Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados a seguir, de acordo com as categorias. Os educadores sociais participantes foram identificados com a letra P da palavra participante, e numerados de acordo com a ordem de realização das entrevistas.

### 2.3.1 *Adolescer na instituição*

Esta categoria reuniu dados sobre os aspectos desafiadores acerca do cuidado de adolescentes no contexto das instituições de acolhimento. Os serviços de acolhimento recebem crianças e adolescentes de zero a até antes de completarem os 18 anos. Mas, é quando estão na fase da adolescência que muitos educadores têm maior dificuldade em lidar com as situações que envolvem esse universo. Os participantes sinalizaram que a violência, as drogas, a sexualidade e os relacionamentos afetivo-sexuais são questões que permeiam essa realidade, e muitas vezes geram medo nos educadores, conforme as falas dos participantes, relatando inclusive ameaças de morte. Os trechos a seguir ilustram esses aspectos: *“o cuidado com eles, eu acho que esse é o maior desafio... adolescentes com histórico de violência, assim grave, sabe? Eles acham que tudo é fácil, tudo pode, que a gente é chata, que a gente tá pegando no pé...”* (P8); *“é uma faixa etária que eu acho mais complicada... Eles têm muitas dúvidas, muitos, eles acham que eles sabem tudo e no fim eles não sabem nada... às vezes vêm muitos adolescentes, que eles foram muito machucados, né?”* (P1); *“como eles vem com*

*“muitas vivências já de casa, quando não aceitam alguma coisa, acontece que a gente já foi ameaçadas de morte...” (P2).*

*Eu encontrei bem mais dificuldade assim pela questão da violência, pela questão de ter adolescente infrator dentro da instituição, assim junto com crianças que sabe que... que estão com problema de violência em casa, sabe? Não são menores infratores, sabe? (P9)*

*Isso é uma coisa muito ruim, questão do adolescente, porque eles vêm usuários, então é muito difícil... a gente teve muito medo da questão de, de vida, sabe, assim. ele roubou tudo que ele pode e que ele não pode... mas que deu esse medo de, de vir trabalhar, tu tá num ambiente perigoso. (P8)*

De acordo com as falas dos participantes, foi possível elucidar as demandas do cuidado prestado aos adolescentes na instituição de acolhimento. A vivência do momento da adolescência na instituição pode incrementar as fragilidades psíquicas dos adolescentes uma vez que o suporte fundamental para essa etapa por vezes é inexistente. Eles muitas vezes, já vêm para a instituição com vivências traumáticas e ainda estão passando pelo processo de adolecer. As falas ilustram esse aspecto ao mencionar que os jovens apresentam comportamentos difíceis advindos da rotina pregressa ao mesmo tempo que buscam a independência, o suporte dos pares e ignoram o suporte dos adultos. Nesse sentido, para os autores Silveira, Nogueira e Silva (2020) e Dell’Aglío e Siqueira (2010), os adolescentes acolhidos vivenciam uma série de frustrações e tensões simultâneas. Essas são produzidas mediante um conjunto de elementos das realidades vivenciadas por eles na instituição. Comportamentos como situações de fuga física e simbólica, dificuldade de aceitação das regras e limites do acolhimento, estigmas, isolamentos, problemas no aprendizado escolar, conformação e negação dos sujeitos são comumente observados (SILVEIRA, NOGUEIRA; SILVA, 2020).

O aspecto mais presente na fala dos participantes é a violência. Os participantes falaram sobre situações de violência pregressa, efeitos da violência na rotina, medo da violência que os adolescentes possam apresentar, entre outros. Alguns adolescentes estão em medida de proteção pela ameaça ou violação de um direito,

contudo muitos já estão engajados em atividades criminosas, o que torna o ambiente institucional uma ameaça para os cuidadores e demais crianças que não estão envolvidas com crime. Cerca de 117.207 adolescentes e jovens no Brasil cumprem Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), segundo Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto realizada em fevereiro/março de 2018 pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2018). O número de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviço Comunitário aumenta conforme a idade dos adolescentes, sendo o ápice entre os 16 e 17 anos, destes 88% são do sexo masculino, 46,72 % tem entre 16 e 17 anos; 31,31% entre 18 e 21 anos; 21,25 % cumprem medida por tráfico de drogas, 16,28 % por roubo e 11,25% por furto (BRASIL, 2014). Outro estudo robusto realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, cerca de 33.590 jovens de 15 a 29 anos foram assassinados em 2016 no Brasil, sendo a maioria do sexo masculino e de pessoas pobres (IPEA, 2018).

Um aspecto fundamental no que se refere ao adolescer é o exercício da sexualidade. Para P4, *“sexualidade dos adolescentes é algo que no abrigo aparece muito, né assim... uma coisa era nós com 15 anos outra coisa são eles com 15 anos... e se querem sair, eles dão jeito de sair. Não se consegue segurar eles né!”*. Na perspectiva de Nothaft *et al.* (2014), a sexualidade é um componente intrínseco à pessoa, superando as questões biológicas, pois caracteriza-se também, como um fenômeno psicológico, cultural e social. Este pode ser influenciado pelos valores pessoais, familiares, morais, pelas crenças e os tabus da sociedade. Se, por um lado, o exercício da sexualidade é um tabu para a sociedade, ela continua sendo um impasse entre gerações. Contudo, não se trata apenas do conflito entre geração e o tabu; é importante considerar também que muitos adolescentes que vivem em acolhimentos viveram violência sexual. A vivência desse tipo de violação de direitos é preocupante, e os relatórios governamentais mostram que continuam aumentando. Relatório do Programa Disque 100, Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2019) registrou

um aumento de 13,9% em 2019 em comparação a 2018, sendo 56% das vítimas do sexo feminino. Essa vivência de violência faz com que o exercício da sexualidade seja permeado por essa experiência, podendo fazer com que os adolescentes se envolvam em situação de risco no que tange à sexualidade, podendo levar à gravidez na adolescência.

Na adolescência, a busca pela constituição da identidade é incrementada. O P1 mencionou a sua percepção de uma posição de onipotência do adolescente, uma vez que *“eles acham que sabem tudo”*. A busca por uma identidade é complexa e pressupõe rupturas com os cuidadores, para que o adolescente busque nas relações com os pares o suporte necessário. É possível que esse processo de subjetivação ocorra com dificuldades, uma vez que alguns adolescentes podem não ter o suporte de adultos nem de outros pares, que no acolhimento estão em uma situação de fragilidade também.

A análise dos dados que compuseram essa categoria corrobora dados da literatura que indicam que os adolescentes que estão no acolhimento institucional tem maiores índices de comportamentos de risco, que podem estar refletindo os efeitos da exposição à violência que, na maioria das vezes, é o motivo do acolhimento institucional, assim como sua fragilidade emocional. A questão da vulnerabilidade relacionada a múltiplas exposições a fatores de riscos ao desenvolvimento remete ao grande desafio que se impõe às instituições de acolhimentos (DELL'AGLIO; SIQUEIRA, 2010), assim como para os profissionais que fazem parte da equipe de apoio e para os que trabalham dia a dia no cuidado dos acolhidos, como os educadores sociais.

### *2.3.2 Adolescente na instituição de acolhimento e desafios do cuidado*

Esta categoria reuniu dados sobre a adaptação dos adolescentes à vida no acolhimento e os desafios dessa tarefa. Muitas vezes, os adolescentes acabam tendo maior dificuldade em se adaptar à rotina da instituição uma vez que esta possui regras e horários bem estruturados para

realização da rotina e das tarefas, causando por vezes, certa resistência nesses adolescentes. Fator que pode gerar alguns sentimentos de insegurança naqueles que estão ali fornecendo e auxiliando no cuidado, como o educador social. As seguintes falas dos educadores evidenciam esse aspecto. P1 afirmou: “e daí tem vezes que eles não aceitam né, essas regras, essas formas de tratar e tudo mais (...)”, e “é difícil lidar com as frustrações deles, dos adolescentes... às vezes são bem resistentes pra fazê algumas atividades” (P4).

*Teve uma época ali que tinha bastante adolescentes, né, e daí não é a mesma forma de tu lidar, né? E como é, como qualquer outra casa tem regras, né? E daí tem vezes que não aceitam, mas eles tentam manipular bem mais. (P2)*

*Um adolescente já tá mais acostumado a viver na rua, no momento que tu vem para cá, eles tem regras para seguir... E aí eles se revoltam com a gente, e aí tem situações difíceis da gente enfrentar às vezes... (P3)*

Por meio das falas dos educadores entrevistados, foi possível compreender a dificuldade que a maioria dos adolescentes possuem em relação à adaptação à rotina e às regras na instituição de acolhimento. Portanto, muitos resistem e tem dificuldade em seguir as regras da instituição, como horário para almoço, limite de acesso às redes sociais e a restrição para sair em boates ou visitar os amigos. Assim, eles se deparam com diversas situações práticas e vivências emocionais e sociais complexas. As questões da ambiguidade entre o desejo e o temor de sair da instituição, das dúvidas, a violência, da garantia de sobrevivência, moradia e, até mesmo, do despreparo para lidar com as tarefas do cotidiano, visto que eles vêm de um contexto de violências e negligências, tornam-se um desafio das instituições de acolhimento. Há pouco suporte das políticas públicas, e existe a necessidade de uma rede de apoio social e emocional para esses adolescentes, muitos deles na verdade sentem-se sozinhos, perdidos, com pouca ou nenhuma referência, com baixa autoestima e com poucos recursos pessoais para seguir essa etapa da vida que exige autonomia, segurança e protagonismo (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2016). Nessa perspectiva, embora o serviço de acolhimento deva proporcionar uma convivência do acolhido junto à comunidade, para Rizzini e Rizzini (2004), a institucionalização pode levar os adolescentes ao isolamento. Nesse contexto, prevalecem muitas

regras e normas para o funcionamento da rotina da instituição, o que influencia no desenvolvimento biopsicossocial. Tais fatores podem dificultar o processo de autonomia do adolescente. Estes problemas elencados estão diretamente relacionados à ausência de ações afirmativas do Estado, na forma de recursos ampliados quanto à formação cidadã dos adolescentes acolhidos, com escolarização de qualidade, recursos que proporcione sua inserção digna no mundo do trabalho, ou seja, os mesmos direitos que cada brasileiro deve gozar (FERREIRA; SILVA, 2023).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação do adolescente em situação de acolhimento requer atenção. Os dados coletados neste estudo indicam que as condições dos adolescentes se complexificam ao longo do tempo. Inevitável concluir que ações direcionadas à infância são alternativas mais promissoras do que aquelas implementadas para adolescentes. A violência e o envolvimento com o crime foram aspectos-chave destacados pelos educadores sociais, que impedem, muitas vezes, que a disponibilidade dos educadores de atendê-los em suas necessidades emocionais possa favorecer o desenvolvimento do adolescente. O adolescente passa por um processo de desancoragem, após um período de forte vínculo com seus cuidadores principais, é hora de navegar em outros territórios. É possível que o adolescente acolhido nunca tenha vivido uma situação segura e a desancoragem já é sua realidade, fazendo com que a navegação seja mais semelhante a um navio à deriva do que orientado por uma bússola. O acolhimento institucional, no papel dos cuidadores e equipe técnica, precisam estar cientes que é necessário ser bússola para o adolescente acolhido.

Para favorecer o ser-bússola, torna-se necessário proporcionar experiências positivas para os adolescentes, de inserção familiar, escolar e social, que garantam a proteção de seus direitos fundamentais bem como, tenham suas necessidades físicas, sociais e emocionais supridas (CARVALHO *et al.* 2015). Nesse sentido, para Carlos *et al.* (2009), a experiência de adolecer exige uma atenção especial para os

mesmos, como forma de ajudá-los a lidarem com situações complexas e problemas que possam por ventura, provocar danos e agravos a saúde física ou emocional. No contexto dos adolescentes que estão na instituição de acolhimento, é ainda mais pertinente o apoio de profissionais adequados para que esse se sobressaia neste período turbulento. Afim de que tais profissionais compreendam as sucessivas violações de direitos acometidos antes do acolhimento, as marcas que ficaram em suas vidas e o desejo de ter um futuro melhor (ITO; AZEVEDO, 2021). Ademais, é fundamental que os adolescentes saibam desenvolver atividades compatíveis com seus interesses e habilidades, ajudando-os a serem cidadãos. Neste sentido, destaca-se a importância de profissionais especializados para atuar junto a esses sujeitos nas instituições de acolhimento (FONSECA, 2017). É necessário o investimento em políticas públicas e em intervenções que auxiliem na recuperação e fortalecimento dos laços familiares, bem como ações de caráter preventivo à institucionalização. Nesse sentido, as capacitações permanentes também podem contribuir para esses profissionais, a fim de dar maior suporte a sua atuação e no enfrentamento dos desafios encontrados no cuidado desses adolescentes.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, S.; FARIAS, L. O. **Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- AVOGLIA, H. R. C.; SILVA, A. M.; MATTOS, P. M. Educador social: imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 12, n. 1–2, p. 265–292, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BERNARDI, D. C. F. **Levantamento nacional sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de covid-19**. São Paulo: NECA: Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e Fice Brasil, 2020.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo. Atlas, 1990.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, DF, jun. 2009a.
- BRASIL. **Lei nº12.010 de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis n os 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 3 ago. 2009b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 abr. 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Relatório da pesquisa nacional de medidas socioeducativas em meio aberto**. Brasília, DF, fevereiro/março, 2018.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. **Relatório disque denúncia nacional**. Brasília, DF, 2019.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Censo SUAS: bases e resultados**. Brasília, DF, 2020.
- CARLOS, D. *et al.* Adolescente/adolescência: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 131–140, 2009.
- CARVALHO, C. F. *et al.* Acolhimento institucional: considerações sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta no cotidiano de trabalho dos educadores sociais. **Alethéia**, Canoas, n. 47–48, p. 51–63, 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. **Crianças acolhidas**. Brasília, DF, 2023.
- DELL'AGLIO, D. D.; SIQUEIRA, A. C. Preditores de satisfação de vida de jovens em situação de vulnerabilidade no sul do Brasil. **Psicodebate**, [Buenos Aires], v. 10, p. 213–230, 2010.
- FERREIRA, T. A.; SILVA, O. H. F. Educação escolar de adolescentes em situação de abrigo: reflexões críticas em interface com a pandemia. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 13, n. 38, p. 121–138, 2023.

- FONSECA, P. N. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. **Revista Psicopedagogia**, v. 34, n. 105, p. 285-296, 2017.
- GONTIJO, D. T. *et al.* Fatores relacionados à institucionalização de crianças e adolescentes acolhidos na comarca de Uberaba-MG. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 25, n. 2, p. 139-150, 2012.
- GULASSA, M. L. C. R. (org.). **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA-Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.
- IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). **Brasil tem 30 mil crianças e adolescentes em acolhimento, mas apenas 5 mil estão aptas à adoção**. Belo Horizonte, 15 out. 2020.
- INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Adolescentes em transição: o trabalho de preparação para a vida autônoma, fora das instituições de acolhimento**. São Paulo, 2016.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Atlas da violência**. Brasília, DF, 2018.
- ITO, S. I.; AZEVÊDO, A. V. dos S. Educadores sociais em abrigos destinados a crianças e adolescentes: revisão sistemática. **Contextos Clínicos**, [São Leopoldo], v. 14, n. 1, p. 276-303, 2021.
- JACOBSON, J.; NEWMAN, M. G. Perceptions of close and group relationships mediate the relationship between anxiety and depression over a decade later. **Depression and Anxiety**, n. 33, vol. 1, p. 66-74. 2016. doi:10.1002/da.22402.
- MARKUS, K. C.; DE CAMARGO MELLO, C. R. Acolher: abrigo institucional para crianças e adolescentes. *Revista interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão*, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 155-165, 2021.
- MORAES, B. R.; WEINMANN, A. de O. Notas sobre a história da adolescência: transformações e repetições. **Estilos da Clínica**, v. 25, n. 2, p. 280-296, 2020.
- NASIO, J. D. **Como agir com um adolescente difícil? Um livro para pais e profissionais**. Editora Schwarcz, Companhia das Letras, 2011.
- NOTHAFT, S. Sexualidade do adolescente no discurso de educadores: possibilidades para práticas educativas. **Revista Mineira de Enfermagem**, [s.l.], v. 18, n. 02, p. 284-289, 2014.
- OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde). **Saúde mental dos adolescentes**. [S.l.], 2019.
- PENNA, L. H. G. *et al.* O profissional educador social no cotidiano de adolescentes de unidade de acolhimento institucional: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 17, p. e239101724690-e239101724690, 2021.
- RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.
- ROACH, A. Supportive Peer Relationships and Mental Health in Adolescence: An Integrative Review. **Issues in Mental Health Nursing**, [s.l.], v. 39, n. 9, p. 723-737, 2018.
- SILVEIRA, A. J. T. da; NOGUEIRA, M. de O.; SILVA, L. C. Entre a escola e o abrigo: estigmas, conflitos e insucesso escolar de adolescentes. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 11, n. 32, p. 432-465, 2020.
- UNICEF. **Pobreza na infância e na adolescência**. [S.l.], 2018.

WHO. Adolescent health. **World Health Organization**, [s.l.], [2013?].

WILLIAMS, L.; ANTHONY, E. A model of positive family and peer relationships on adolescent functioning. **Journal of Child and Family Studies**, n. 24, vol. 3, p. 658–667. 2015.



# AUTORES

## Danusa Scremin Rolim

---

Possui graduação em PSICOLOGIA pela Universidade Franciscana (2012). Mestranda em Psicologia pela UFSM (Universidade Federal de Santa Maria- RS). Aperfeiçoamento em Terapia Cognitivo-Comportamental. Pós-graduação- Especialização em Psicologia Cognitivo-comportamental pela Cognitivo. Atualmente é psicóloga clínica na Secretaria Municipal de Saúde em São Pedro do Sul/RS.

**E-mail:** [danusarolim@gmail.com](mailto:danusarolim@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0001-7986-8598>

## Aline Cardoso Siqueira

---

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Departamento de Psicologia da UFSM. Orientadora dos Programas de Pós-graduação em Psicologia e em Ciências da Saúde.

**E-mail:** [alinecsiq@gmail.com](mailto:alinecsiq@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-1432-0270>